



Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal
29 de abril de 2024
Ata nº. 1

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, pelas dezasseis horas, reuniu o CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, presidido pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Joaquim Baptista.

Estiveram presentes:

- Universidade de Aveiro, representada por Filipe Teles;
- Diocese de Aveiro, representada por D. António Moiteiro;
- Administração do Porto de Aveiro, representada por Eduardo Feio;
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, representada por Filipa Alves;
- AIDA - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, representada por Fernando Castro;
- Capitania do Porto de Aveiro, representada por Vítor Dias;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, representada por Magalhães Crespo;
- Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Aveiro, representado por António Ribeiro;
- Comando Distrital da PSP de Aveiro, representado por João Caetano;
- Comando Territorial da GNR de Aveiro, representado por João Fernandes;
- Comissão Vitivinícola da Bairrada, representada por José Soares;
- Clube de Vela da Costa Nova, representado por Paulo Ramalheira;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação do Centro, representada por Rigoberto Correia;
- Santa Casa da Misericórdia de Vagos, representada por Paulo Gravato;
- Turismo do Centro de Portugal, representado por Anabela Freitas;
- Jorge Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Águeda;
- José Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

- Diamantino Sabina, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja;
- João Campolargo, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo;
- Domingos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Ovar;
- José Eduardo de Matos, Secretário Executivo Intermunicipal.

Estiveram ausentes as seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro;
- Águas do Centro Litoral (*justificou*);
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha;
- Associação de Pais da Escola Secundária Adolfo Portela;
- Associação Viking Kayak Clube;
- Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Vouga;
- Agrupamento 970 da Palhaça;
- APA – ARH Centro;
- Associação Náutica da Torreira;
- Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro;
- Centro Comunitário de Esmoriz;
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga;
- Conselho Empresarial da Região de Aveiro;
- Comunidade Portuária de Aveiro;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Direção Regional de Cultura do Centro;
- Rancho Folclórico “As Tricaninhas do Antuã” (*justificou*).

Passou-se de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória:

Ponto 1: Apreciação e Votação da ata nº 2 de 2023, de 11 de dezembro.

Ponto 2: Informação sobre a atividade da CIM Região de Aveiro.

Ponto 3: Informação sobre a Prestação de Contas 2024.

Ponto 4: Outros assuntos.



Ponto 1: Apreciação e Votação da ata nº 2 de 2023, de 11 de dezembro

Aprovada por unanimidade.

Ponto 2. Informação sobre a atividade da CIM Região de Aveiro

O Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu a presença dos membros do CEDI e deu destaque a algumas ações da informação escrita, desde logo, a Prova de Abertura da Região de Aveiro em ciclismo, a primeira prova oficial do calendário, que incluiu a apresentação das equipas profissionais, reafirmando-se a Federação Portuguesa de Ciclismo como uma parceira nas preocupações com a mobilidade, seja desportiva, quotidiana ou lúdica.

O Presidente do CI deu nota de destaque à assinatura do CDCT - Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2030, que se esperava ter sido assinado no verão de 2023 e por razões alheias só foi possível concluir o processo negocial este ano. Informou que fechámos o Portugal 2020 com 105 milhões de euros de execução e iniciámos o Centro 2030 com o mesmo valor, na perspetiva de ter de se fazer mais com o mesmo, uma vez que áreas como a Proteção Civil ou o Ciclo Urbano da Água estão agora presentes neste contrato e antes não estavam. Deu nota que a expansão dos perímetros industriais tem valores muito baixos. Referiu que é tempo de agir e de realizar investimentos, mas para haver acordo todos tiveram de fazer sacrifícios, ajustar prioridades, fazer opções, ser pragmáticos e que se deve iniciar a execução do 2030 com projetos com maior maturidade. Entende que se deve baixar as expectativas deste novo quadro, mas recordou que nenhum Quadro Comunitário de Apoio termina como começa e espera-se que haja ajustes no seu desenvolvimento, devendo lutar-se por outros instrumentos de financiamento.

Paulo Gravato (Santa Casa da Misericórdia de Vagos) questionou se no CDCT 2030 não há verbas para a Ação Social, se está algo projetado, manifestando muita preocupação. Recordou que no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para a requalificação das instalações, não houve condições para avançar, o retorno era de 30% e nos cuidados continuados, desistiu-se da maior parte das candidaturas. Referiu que algumas instituições têm custos com pessoal na ordem dos 80%, não havendo grande sustentabilidade.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que não se perspetiva, neste acordo, resolver o problema do financiamento, concordando que o retorno no PRR é muito

baixo para uma taxa de esforço tão grande das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que atravessam muitas dificuldades. Entende que o Governo tem de olhar com coragem para este problema, de uma forma diferente e que o papel das autarquias é de uma colaboração ativa, em que têm cumprido obrigações que não são de sua responsabilidade. Referiu estranhar não haver visibilidade pública para estes problemas, parecendo que não existem.

D. António Moiteiro (Diocese de Aveiro) referiu que as instituições têm sido maltratadas pelo poder central, que a comparticipação vai diminuindo e que com a aceitação de novos acordos e novas valências propostas pelo Ministério, à partida a instituição ainda fica pior, com novos problemas.

Paulo Ramalheira (Clube de Vela da Costa Nova) questionou se há data para o arranque do novo Polis, sugerindo a existência de um órgão que pudesse integrar os diferentes *stakeholders* e deixou o desafio de se avançar com um órgão de gestão integrada da Ria de Aveiro.

O Presidente do CI informou que não há data para início do Polis, que existe um trabalho maduro com o anterior Governo e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, estando dependente da vontade política, reafirmando a determinação e argumentação da CIRA. Entende que o Conselho de Administração da Polis terá de ser representativo da sua estrutura acionista e que os representantes das autarquias serão naturalmente os representantes de todos os agentes do territórios.

Sobre o órgão de gestão integrada da Ria, o Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que foi algo que sempre a região defendeu exigindo-se que tivesse autonomia administrativa e financeira para que pudesse ser efetivamente consequente no território.

Magalhães Crespo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) questionou em que rubrica do CDCT 2030 está previsto o Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que não está previsto neste Contrato e que se tem de voltar a lutar pelo financiamento, uma vez que não foi possível avançar no quadro comunitário anterior. Informou que iremos lançar um novo concurso público, com um incremento de quatro milhões de euros no preço base, para exercermos pressão alta e termos

maturidade no processo, procurando assim recuperar rapidamente o financiamento, reconhecendo que é uma circunstância delicada, num processo em que estamos aquém do desejado há quatro décadas.

Ponto 3. Informação sobre a Prestação de Contas 2024

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o documento expressa as opções e a capacidade de realização e, nesse sentido, entende que se perspetivava uma maior realização do que aquela que se conseguiu, num ano ainda assim muito relevante e com balanço positivo.

Informou que o projeto da Dragagem dos Cais está visado pelo Tribunal de Contas, faltando o auto de consignação, devendo ser concretizado em breve, e que perdemos o financiamento do REACT-EU para a Margem Esquerda do rio Vouga e para a Dragagem dos Cais.

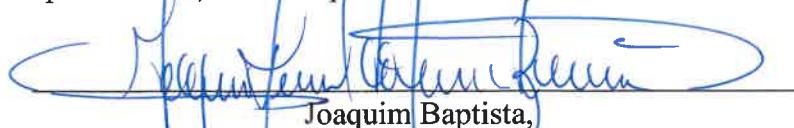
Recordou que foi um ano marcado pela ativação da operação de transporte público, um processo difícil, sem dados do IMT fiáveis, com um total desconhecimento da realidade, da qual não havia nenhuma experiência e com transtorno para as comunidades. Neste momento a operação já está noutro patamar, após um processo de ajustamento de três meses, com mais maturidade, com a cooperação constante do operador, pretendendo-se avançar para a fase da monitorização.

Não houve pedidos para usar da palavra.

Ponto 4: Outros assuntos

Não se verificaram outros assuntos.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal deu por encerrada a reunião cerca das dezassete horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente do CEDI.



Joaquim Baptista,
Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal